

**A ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM SALAS MULTISSERIADAS
DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DAS ILHAS DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA
– LITORAL DO PARANÁ**

Luci Costa Pinto ¹

Elsi do Rocio Cardoso Albano ²

Resumo

A relação com o conhecimento/conteúdos escolares e na percepção do sistema de multisseriação como obstáculo a organização da classe no processo ensino-aprendizagem. As possibilidades se pautam numa relação pedagógica que permita trabalhar a heterogeneidade do grupo de crianças, como fator positivo e desencadeador de relações/interações autônomas e cooperativas, posicionando-se inquieta e curiosamente diante dos conhecimentos, para poder apropriar-se, questionar, reconstruir e produzir outros conhecimentos de modo dinâmico e criativo. Um dos objetivos deste artigo foi **análise do método de alfabetização de classes multisseriadas do município de Guaraqueçaba**. O enfoque principal foi a verificação da realidade vivenciada por educadores e educandos das séries iniciais do Ensino Fundamental nas escolas multisseriadas, situação em que se reúnem estudantes de várias séries na mesma sala de aula com apenas uma professora.

Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD,
Universidade Federal do Paraná, Pólo Paranaguá

¹e-mail:lucipinto48@yahool.com.br

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

Os problemas que envolvem as escolas multisseriadas vão desde a falta de material didático, em casa e em sala de aula, pois percebeu-se que a mantenedora dessas escolas não atende as reais necessidades dos alunos, detectou-se também, a dificuldade dos professores em explicar para diferentes séries ao mesmo tempo, pois eles lecionam com apenas um quadro negro de tamanho insuficiente, para passar os conteúdos referentes a todas as séries, verificou-se também que a práxis docente é de mesmo modo para todas as séries.

Palavra chave: aprendizagem, educação, salas multisseriadas, alfabetização, professor

1. Contexto

A escola pública, organizadas em classes multisseriadas ainda estão presentes, todavia, embora nascendo com o propósito de equalização, cedo se revelou mais um aparelho de dominação das classes populares, traíndo o seu objetivo inicial e o resultado disso, quando se analisam as práticas pedagógicas concernentes à alfabetização, à leitura e à formação de leitores, é de considerável nível de automatismo das mesmas, o que resulta num obstáculo tanto para a formação de sujeitos leitores proficientes, quanto de leitores que o são por prazer.

Essas escolas oportunizam aos sujeitos o acesso à escolarização em sua própria comunidade, fator que poderia contribuir significativamente para a permanência dos sujeitos no campo, com o fortalecimento dos laços de pertencimentos e a afirmação de suas identidades culturais, não fossem todas as mazelas que envolvem sua dinâmica educativa. Elas são espaços marcados predominantemente pela heterogeneidade reunindo grupos com diferenças de série, de sexo, de idade, de interesses, de domínio de conhecimentos, de níveis de aproveitamento, etc. (GEPERUAZ, 2004).

Essa heterogeneidade inerente ao processo educativo deve ser afirmada na elaboração das políticas e práticas educativas para o meio rural, carecendo, no entanto, de muitos estudos para que o seu aproveitamento na organização do sistema de ensino, de forma nenhuma signifique a perpetuação da experiência precarizada de educação que se efetiva nas escolas multisseriadas.

Conforme Soares (2003), em nossa cultura grafocêntrica, o acesso à leitura é considerado como intrinsecamente bom. Atribui-se à leitura um valor

positivo absoluto: ela traria benefícios óbvios e indiscutíveis ao indivíduo e à sociedade – forma de lazer e prazer, de aquisição de conhecimento cultural, de ampliação das condições de convívio social e de interação.

Na verdade, essa interpretação traduz, além de um etnocentrismo, uma perspectiva unilateral: etnocentrismo, porque a leitura é vista com desconfiança, em certas culturas, às vezes utilizado com instrumento de opressão; perspectiva unilateral, porque os valores atribuídos à leitura expressam a visão, numa sociedade de classes, dos grupos que mantêm a posse e o controle dos modos de produção.

Essa barreira ao acesso à leitura se concretiza não só por mecanismo de sonegação de material escrito às camadas populares, mas também por mecanismo que impõem a forma de consumo: livros, revistas, jornais para as classes dominantes, livros, revistas, jornais para as classes populares. Há necessidade de uma educação de qualidade pensada para a comunidade local da educação do campo do litoral do Paraná, especificamente as escolas oriundas das ilhas do município de Guaraqueçaba.

Ensinar a ler faz parte do conjunto de práticas sociais que constituem o letramento e não é suficiente, pois, decodificar a língua escrita para ser um ser letrado. É necessário apropriar-se de uma nova condição, ou seja, tornar-se usuário dessa língua como leitor e produtor de textos, selecionando o que é de seu interesse de acordo com suas intenções: interagir com o outro, orientar-se, influenciar, informar, instruir-se ou prescrever, entre outros. Expressar-se enfim, quando a comunicação escrita aos diferentes contextos e condição de produção não apenas relacionados ao espaço escolar. Sendo assim, uma das funções do professor é contribuir para colocar seus alunos em estado de letramento, não se limitando, portanto, a ensinar a decodificar e/ou produzir código lingüístico.

O trabalho de alfabetização tem sido foco de inúmeras indagações, sobretudo no que concerne ao trabalho do professor. Nesse contexto, se tem discutido bastante acerca do real caráter da mediação didática, bem como sobre formação docente sob vertentes outras: postura, situações experienciadas, sonhos, crenças e utopias do profissional professor.

Em consonância com a LDBEN, as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” oportunizam a elaboração de políticas públicas que afirmem a diversidade cultural, política, econômica, de gênero, geração e etnia presente no campo. Elas foram aprovadas pela Resolução CNE/ CEB n° 1, de 3 de abril de 2002, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; constituindo-se num conjunto de princípios e procedimentos que visam legitimar a identidade própria das escolas do campo, que deve ser definida, numa vinculação estreita com sua realidade existencial, referenciando-se na temporalidade e saberes próprios dos povos do campo, em sua memória coletiva, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais. (Art. 2°, Parágrafo único). O aluno deve ler, na escola, com objetivos similares àqueles com que se lê fora da escola. Nesse sentido, é função do professor criar situações propícias para que o aluno desenvolva as suas leituras a partir de práticas significativas e socialmente relevantes. A prática da leitura deve ser concebida de modo articulado e situar-se nas ações cotidianas em que as práticas da cultura escolar se inserem e está associada ao desejo e/ou à necessidade do aluno. (Soares, 2003)

A leitura precisa ser prazerosa, atendendo às necessidades aos interesses de quem lê. A responsabilidade em relação aos materiais que serão lidos deve ser compartilhada; então, as listas de livros para leitura devem ser construídas coletivamente, evitando-se o texto único, para todos.

Dessa maneira, o princípio da autonomia é atendido, ou seja, o aluno tem o direito a dizer o que quer ler e como, mas o professor também indica, propõe o que considera relevante no desenvolvimento do projeto de cada aluno, porque se pressupõe ter maior domínio dos diferentes gêneros textuais. (Soares, 2003).

No entanto, isto não ocorre, tendo em vista que muitas práticas pedagógicas têm sido autoritárias, nas quais o professor se veste de um poder e autoridades inquestionáveis, cujas palavras têm de ser seguidas tal qual leis sagradas. Tais práticas inviabilizam a construção de sujeitos autônomos, bem como de leitores proficientes, visto que, como somente lêem – e é sabido que sem vontade –, a literatura ditada pelo professor, são incapazes de se constituírem enquanto sujeitos ativos do seu processo de leituras. E como são criadas as identidades desses leitores, uma vez que lhes é negado o direito à voz?

2. Descrição da Experiência

Entende-se por Classe Multisseriada um espaço que agrega diversos alunos e séries na mesma sala de aula, cuja realidade esta posta em 90%, das escolas das ilhas de Guaraqueçaba, uma vez que em sua grande maioria, são pertencentes a zona rural, sendo algumas de difícil acesso. Não é fácil delinear as políticas públicas voltadas para a educação do campo, no qual respeito as classes multisseriadas. Sabe-se que o discurso nos documentos de políticas públicas educacionais e a realidade vivenciada por educador e aluno estão distanciados da real necessidade que o educador

enfrenta, desde a infra estrutura ao material didático apropriado, bem como a prática pedagógica do docente que necessita estar em constante capacitação. Entende-se que o enfrentamento dos graves problemas que afligem a multissérie para ser efetivo deve considerar os desafios mais abrangentes que envolvem a realidade sócio-econômica-política-ambiental, cultural e educacional do campo, em que se destacam: a degradação das condições de vida, que resulta na intensificação da migração campo-cidade e o fortalecimento de uma concepção urbano-cêntrica de mundo que generaliza a idéia de que o meio urbano é superior ao campo.

As escolas multisseriadas constituem sua identidade referenciada na “precarização do modelo urbano seriado de ensino” e para que ofereçam uma educação de qualidade se faz necessário a transgressão desse modelo, que se funda na rigidez com que trata o tempo escolar, impondo a fragmentação em séries anuais e um processo contínuo de provas e testes aos estudantes, como requisito para a progressão no sistema educacional. Elas têm assumido um currículo deslocado da cultura das populações do campo, inspirado em compreensões universalizantes, que sobrevalorizam concepções mercadológicas e urbano-cêntricas de vida e desenvolvimento, em detrimento dos saberes, e modos de vida do campo. Essa situação deve ser confrontada caso se pretenda enfrentar o fracasso escolar e afirmar as identidades culturais das populações do campo.

Tendo como um dos objetivos, demonstrar as dificuldades vivenciadas pelos educadores que são os protagonistas dessa realidade, a qual encontram-se aquém das de suas necessidades por parte dos governantes. Para tanto, é necessário intervir através de programas de capacitação que venham ao encontro das reais necessidades enfrentadas por esses docentes que se dedicam solitariamente a educação do campo.

A organização multisseriada é considerado problemático por algumas pessoas, uma vez que seria difícil trabalhar concomitantemente com várias séries. Além disso, o resultado deste processo poderia se traduzir numa aprendizagem deficiente. Como o modelo de escola rural que tem predominado na história brasileira é constituído quase que em sua maioria de classes multisseriadas a cargo de professores leigos, acredita-se que a educação no campo esteja sempre relegada a segundo plano, limitando-se ao ensino das primeiras letras.

Por outro lado, as classes multisseriadas são consideradas uma estratégia para manter o aluno das áreas rurais na sala de aula. (MENEZES, 2002).

Considerações:

No município de Guaraqueçaba, litoral do Paraná em especial nas Escolas Municipais abaixo relacionadas o índice de retenção no ano de 2010, alcançou níveis acima de 30% chegando a 70%, sendo as séries objeto de estudo as que seguem os dados:

ERM.Mario Ferreira Lópes - 2ª série – 09 alunos , retidos -3 Percentual 33%;

ERM. Pe. Mario de Maria - multséries: 2ª. ,3ª. ,4ª. -25 alunos-retidos- 9 percentual 36%;

ERM .Serra Negra -1ª série- 6 alunos - 3 retidos- 50%-está é uma escola de difícil acesso;

ERM-Salim do Carmo- 2ª série- 7 alunos – 5 retidos – 71%- professores desmotivados.

Optou-se por construir uma tabela com os dados das escolas que são objeto de estudo, para clarificar o índice de repetência dos alunos oriundos de um município com baixo índice de desenvolvimento humano- IDH.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	ALUNOS MATRICULADOS				ALUNOS REPROVADOS				% REPROVADOS
	ANO/SÉRIE				ANO/SÉRIE				
	1º	2ª	3ª	4º	1º	2ª	3ª	4ª	
ERM. Mario Ferreira Lópes	7	9	6	6		7			77%
ERM. Pe. Mario de Maria	2	3	10	10			9		36%
ERM .Serra Negra	6	9	13	10	3				50%
ERM. Salim do Carmo	7	7	13	6		5			71%

Nesses locais o nível de analfabetismo nos moradores é muito expressivo e alguns professores apesar de ter a formação mínima, não demonstram interesses em participar da Formação Continuada ofertada pela Secretaria Municipal de Educação durante o ano letivo e também em cursar uma Faculdade a distância. Conforme pesquisa, estão acomodados esperando pela aposentadoria. Outros professores não aceitam a organização multisseriada, porém não havendo outra alternativa, estão lecionando sem um compromisso político com a educação e com o aluno, que são lesados nos seus direitos em ter uma educação de qualidade.

Alfabetizar/letrar vai muito além de ensinar a decodificar palavras em um texto. É um processo que deve orientar os alunos no emprego de estratégias de leitura, na busca de construção e reconstrução do significado de um texto.

O leitor utiliza de vários procedimentos e tais procedimentos são empregados pelos leitores quando observam, antecipam, avaliam, interpretam, enfim, ao fazerem a leitura do mundo que os rodeia. Ler é um ato, pois, que exige esforço mental ativo, portanto, a importância de o professor intervir nesse processo, orientando, incentivando, ensinando novos procedimentos que facilitem a interpretação de um texto.

Ensinar a ler faz parte do conjunto de práticas sociais que constituem o letramento e não é suficiente, pois, decodificar a língua escrita para ser um ser letrado. É necessário apropriar-se de uma nova condição, ou seja, tornar-se usuário dessa língua como leitor e produtor de textos, selecionando o que é de seu interesse de acordo com suas intenções: interagir com o outro, orientar-se, influenciar, informar, instruir-se ou prescrever, entre outros.

Expressar-se enfim, quando a comunicação escrita aos diferentes contextos e condição de produção não apenas relacionados ao espaço escolar.

Sendo assim, uma das funções do professor é contribuir para colocar seus alunos em estado de letramento, não se limitando, portanto, a ensinar a decodificar e/ou produzir código lingüístico.

Um passo importante para isso refere-se à avaliação e ensino de estratégias de leitura. Avaliar os procedimentos de busca de sentido que os alunos já utilizam e incorporá-los à prática de leitura em sala de aula vem contribuir com o ensino de outros educandos. Assim, o educador das Classes Multisseriadas estará auxiliando a melhorar também as suas produções escritas, visto que poderá compreender melhor as regularidades próprias da escrita, e, conseqüentemente, colocá-las em prática da construção de seus próprios textos.

Além disso, são propostas questões mais subjetivas com a intenção de captar as primeiras emoções e idéias que um texto desperta no leitor, dando condições aos educandos de expor seus pontos de vista, seus sentimentos, sua maneira particular de ver e entender o mundo. Como se percebe o trabalho com a leitura tem um destaque muito especial: proporcionar a chance de entrar em contato com uma diversidade de textos autênticos, interessantes, de variados gêneros com o objetivo de formar um leitor competente, de despertar o gosto pela leitura e pesquisar dentro da prática de leitura.

Finalmente, deve-se atentar para a prática pedagógica concernente à leitura não somente como responsabilidade una do professor, mas uma responsabilidade social, com políticas públicas voltadas para a proficiência da leitura: como mola propulsora do exercício pleno da cidadania.

Após um trabalho consistente e efetivo, a leitura vai servir não somente como mecanismo de aquisição de conhecimento socialmente elaborado, mas como um instrumento vivo e eficaz, que serve como potencialização e exercício da cidadania, principalmente para os alunos.

Referências:

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em:

<<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 fevereiro 2011.

_____; BRASIL. Ministério da Educação. Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea (1996-2004). Brasília: UNESCO, MEC, set. 2004. p. 165-185 (Educação para Todos).

BRASIL/PR. Lei 9394 de 20 /12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

CNE/CEB. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo**. Resolução CNE/CEB N° 1, de 3 de Abril de 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 46. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GEPERUAZ. **Relatório da pesquisa “Classes Multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/ Região Amazônica”**, apresentado ao CNPq. Belém – PA. 2004.

KRAMER, S. **Por entre as pedras**: arma e sonho na escola. São Paulo: Ática, 1993.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. "**Classes multisseriadas**" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=71, visitado em 19/4/2011.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003.